Página PT 13

EDIÇÃO ELETRÔNICA

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

Nº V 15/DEZ/2009

Editorial

O resultado das eleições 2010 terá impacto nos rumos da luta de classes do Brasil e do continente, com repercussões mundiais. Incidirá também, fortemente, sobre os rumos do PT. Sendo assim, a Articulação de Esquerda precisará realizar, após as eleições de 2010, uma reflexão de maior fôlego. Com este objetivo, realizaremos o 1º Congresso da Articulação de Esquerda, em julho de 2011.

A convocatória do 1º Congresso, a programação, o regulamento interno e os textos-base serão debatidos pela direção nacional da Articulação de Esquerda e aprovados na Plenária Nacional que a tendência realizará em novembro de 2010, logo após as eleições.

Entre dezembro de 2009 e julho de 2011, a direção nacional da Articulação de Esquerda tem cinco prioridades políticas e cinco prioridades organizativas. As prioridades políticas são as seguintes:

i) a vitória do PT nas eleições de 2010;

ii) a ampliação do protagonismo do PT e do campo democrático-popular;

iii) a formulação de um programa de governo 2011-2014 que inclua reformas estruturais democrático-populares;

iv) aprovar no Congresso do PT uma reforma política interna;

v) manter e ampliar o número de deputados vinculados a AE, no Congresso e nas Assembléias Legislativas, fazendo com que nosso tamanho institucional seja equivalente ao peso que temos no PT.

Já as prioridades organizativas são:

i) manter a publicação periódica e aumentar a circulação do Página 13;

ii) realizar a V e a VI jornada de formação política, bem como apoiar os cursos estaduais;

iii) manter e ampliar nossa presença direta e interlocução nos movimentos sociais, nos encontros setoriais do PT e na Juventude petista;

iv) elaborar e executar um orçamento que nos permita profissionalizar dirigentes, manter o funcionamento das instâncias internas e executar nosso plano de trabalho, inclusive o seminário sobre Pesca e Aqüicultura e a campanha nacional de filiação;

v) viajar a todos os estados do país, reunir com todas as direções estaduais, ajudar na implementação das prioridades políticas e organizativas, preparando a tendência para seu 1º Congresso e para nossa participação no próximo PED.

Encontro nacional da Juventude do PT

O esforço imediato da Juventude da Articulação de Esquerda deve ser de mobilização para o Encontro Nacional da JPT, a ser realizado entre os dias 5 e 7 de fevereiro na cidade de Brasília. O Encontro discutirá a intervenção da JPT no IV Congresso do partido, a campanha e o programa de juventude da candidatura Dilma Roussef à presidência da República, em 2010.

O Encontro Nacional será precedido de etapas estaduais e antecede encontros estaduais a serem realizados durante o primeiro semestre, conforme calendário abaixo.

Proximamente, a coordenação de juventude apresentará uma contribuição aos temas em debate. No que toca ao debate sobre o programa de juventude, a CNJAE tem acompanhado com interesse algumas formulações sobre a questão do trabalho e juventude que, a partir de um foco sobre o desenvolvimento integral dos jovens, têm defendido políticas de inserção diferenciada destes na vida social e produtiva postergando a entrada dos jovens no mercado de trabalho com políticas articuladas de transferência de renda, elevação continuada e qualitativa da escolaridade, tempo livre e mobilização em serviços sociais.

Na véspera do Encontro Nacional da JPT, ocorrerá a Plenária Nacional da Juventude da Articulação de Esquerda, marcada para os dias 2, 3 e 4 de fevereiro, em Brasília. ★

Marcha das Mulheres

Em 2010, três mil mulheres de todo o Brasil vão marchar de Campinas a São Paulo. Entre os dias 8 e 18 de março, a Marcha Mundial das Mulheres organizará sua 3ª Ação Internacional no Brasil. Neste período, 3 mil mulheres de todas as regiões do Brasil marcharão entre as cidades de Campinas e São Paulo, em uma grande ação de denúncia, reivindicação e formação, que pretende dar visibilidade à luta feminista contra o capitalismo e a favor da solidariedade internacional, além de buscar transformações reais para a vida das mulheres brasileiras.

O tema das mobilizações é "Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres", e sua plataforma se baseia em quatro campos de atuação sobre os quais a Marcha Mundial das Mulheres tem se debruçado: Bens comuns e Serviços Públicos, Paz e desmilitarização, Autonomia econômica e Violência contra as mulheres. Cada um desses eixos se desdobra em reivindicações construídas a partir das realidades locais vividas pelas mulheres que já estão se organizando em nível estadual para participar da marcha.

3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres no mundo

As atividades que fazem parte da 3ª Ação Internacional serão concentradas em dois períodos, de 8 a 18 de março e de 7 a 17 de outubro, e contarão com mobilizações de diferentes formatos, em vários países do mundo. O primeiro período, que marcará o centenário da declaração do Dia Internacional das Mulheres, será composto principalmente de marchas. O segundo, de ações e marchas simultâneas, com um ponto de encontro em Sud Kivu, na República Democrática do Congo.

A Marcha Mundial das Mulheres já realizou duas ações internacionais, nos anos 2000 e 2005. A primeira contou com a participação de mais de 5000 grupos de 159 países e territórios e mobilizou milhares de mulheres em todo o mundo. Naquela ocasião, foi entregue à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, um documento com dezessete pontos de reivindicação, apoiado por cinco milhões de assinaturas. A segunda ação mundial, realizada em 2005, novamente levou milhares de mulheres às ruas.

A Marcha Mundial das Mulheres nasceu no ano 2000 como uma grande mobilização que reuniu mulheres do mundo todo em uma campanha contra a pobreza e a violência. As ações começaram em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro, Dia Internacional pela Erradicação da Pobreza, organizadas a partir do chamado "2000 razões para marchar contra a pobreza e a violência sexista".

A inspiração para a criação da Marcha Mundial das Mulheres partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, "Pão e Rosas". ★

AGENDA 2010

8 a 24 de janeiro: Plenárias Estaduais para eleger delegados/as para o Encontro Nacional da JPT

15 a 17 de janeiro: curso de formação em Curitiba.

29 a 31 de janeiro: curso de formação em Natal.

3 a 6 de fevereiro: plenária nacional da juventude da AE

5 a 7 de fevereiro: Encontro Nacional da JPT, em BSB

6 e 7 de fevereiro: II Conferência de Petistas que atuam em RRII

19 a 21 de fevereiro: IV Congresso do PT

22 de fevereiro: plenária nacional da AE

23 de fevereiro: seminário com coordenadores de campanha

6 de março: início dos encontros estaduais da JPT

8 a 18 de março: Marcha Mundial das Mulheres

3 de abril: término dos encontros estaduais JPT, início dos encontros municipais

30 de maio: término dos encontros municipais

4 a 18 de julho de 2010: V Jornada Nacional de Formação Política da AE

Outubro: primeiro e segundo turno das eleições de 2010

15/01 a 29/01 de 2011: VI Jornada Nacional de Formação Política da AE

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Direção Nacional da AE: Adriano Oliveira (RS), Altemir Viana (AM), Ana Lúcia Vieira (SE), Angélica Fernandes (SP), Bruno Elias (TO), Beto Aguiar (RS), Célio Antonio (SC), Expedito Solaney (PE), Fábio Pessoa (PA), Fernando Nascimento (PE), Iole Iliada (SP), Ivan Alex (BA), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jairo Rocha (MT), Jorge Penha (AP), José Fritsch (SC), José Ricardo (DF), Larissa Campos (MG), Laudicéia Schuaba Andrade (ES), Lício Lobo(SP), Mário Cândido de Oliveira (PR), Marcel Frison (RS), Marcelino Gallo (BA), Marcelo Mascarenha (PI), Múcio Magalhães (PE), Olavo Brandão (RJ), Pedro Moreira (MG), Pere Petit (PA), Rafael Pops (DF), Rosana Ramos (DF), Rosana Tenroller (RS), Rodrigo César (RJ), Rubens Alves (MS), Talita Cardoso (PA), Valter Pomar (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação:** Cláudio Gonzalez (Mtb 28961) **Secretaria Gráfica:** Edma Valquer **Assinaturas:** Sirlei Augusta Chaves e-mail: chaves.sirlei@gmail.com **Endereço para correspondência:** R. Silveira Martins,160 conj. 11- São Paulo/SP CEP 01019-000

O Partido precisa de uma reforma política

Reunida no Instituto Cajamar, nos dias 12 e 13 de dezembro, a direção nacional da Articulação de Esquerda aprovou um balanço do processo de eleição das direções partidárias. Leia a seguir a íntegra do documento aprovado

O processo de eleição direta (PED) das direções do Partido dos Trabalhadores envolveu mais de 500 mil filiados em todo o país, resultando na eleição do Diretório Nacional, 27 direções estaduais, mais de 4 mil direções municipais, cerca de 1500 delegados ao IV Congresso Nacional do PT, além de milhares de delegados para os congressos estaduais e municipais.

O PED 2009 reafirmou o caráter de massa do PT, sua presença organizada em praticamente todo o território nacional e uma capacidade de mobilização que o distingue dos demais partidos brasileiros.

A democracia interna, a transparência no debate de suas diferenças internas, a capacidade de atrair outros setores da sociedade para a discussão sobre as grandes questões nacionais, são características fundamentais para um partido socialista de massas, essenciais para enfrentar a permanente manipulação midiática de que somos vítima.

Apesar de falarmos que o PT é um partido de massa, ele reúne menos de 1% da população e menos de 2% do eleitorado brasileiro. Segue existindo muito espaço para o crescimento quantitativo do Partido e para a organização de diretórios em todos os municípios brasileiros.

Este crescimento quantitativo precisa ser acompanhado de mudanças qualitativas: um partido socialista de massas precisa ter um funcionamento e uma democracia interna que sejam qualitativamente distintas e superiores, não repetindo o que assistimos em outros partidos, sindicatos e mesmo nas eleições convencionais.

Achamos possível construir uma democracia de massas que mereça este nome. Recusamos a concepção reacionária segundo a qual as distorções do PED seriam desdobramentos inevitáveis do seu caráter de massa, como se a democracia fosse algo possível apenas para minorias. Rejeitamos, portanto, qualquer tipo de conformismo e adaptação ao que há de pior na política brasileira: acreditamos na possibilidade de uma real democracia de massas, tanto no país quanto no Partido. Nos dois casos, o caminho para uma democracia real passa por superar os constrangimentos impostos pela influência do poder econômico, pela desigualdade material e pelo monopólio da informação e comunicação.

Para corrigir as distorções na democracia petista, precisamos analisar os processos de eleição direta das direções partidárias, realizados nos anos de 2001, 2005, 2007 e 2009. O que ocorreu em cada um destes anos foi profundamente influenciado pela conjuntura então vigente no país. Vistos de conjunto, entretanto, as quatro eleições diretas apresentaram problemas, que se tornaram cada vez mais graves e que hoje são reconhecidos formalmente, tanto pela resolução aprovada na reunião de 8 de dezembro de 2010 do Diretório Nacional do PT, quanto pela maioria dos dirigentes do Partido, inclusive por aqueles que venceram o PED 2009.

Tais problemas estão impedindo o PED de cumprir adequadamente os dois grandes objetivos em nome dos quais ele foi defendido e aprovado pela maioria do II Congresso do PT: por um lado, constituir um momento de diálogo público do Partido com a sociedade; por outro lado, expressar com menos distorções a vontade democrática dos filiados.

Ocorre que, de 2001 a 2009, o debate político entre as diferentes chapas e candidaturas perdeu espaço, crescendo o peso relativo das atividades organizadas por tendências,

> “Achamos possível construir uma democracia de massas que mereça este nome. Recusamos a concepção reacionária segundo a qual as distorções do PED seriam desdobramentos inevitáveis do seu caráter de massa, como se a democracia fosse algo possível apenas para minorias.”

chapas, mandatos e grupos internos, atividades nas quais o debate entre diferentes posições foi sendo substituído pela apresentação unilateral de posições.

O ***diálogo*** interno foi, portanto, progressivamente substituído pelo ***contato individual*** de cada uma das posições existentes, com os filiados, através de correspondência, telefones, visitas domiciliares e transporte de filiados para votar no dia do PED, muitas vezes sem que estes conheçam o processo, as diferentes posições etc.

Os grandes debates ideológicos, programáticos e estratégicos, que conferem vitalidade e perenidade a um partido socialista como o PT, perderam espaço para debates de natureza tática, eleitoral e inclusive em torno de candidaturas individuais. A verdade é que, da maneira como está organizado, o PED não favorece o debate de idéias, no sentido mais amplo deste termo.

Os problemas acima indicados decorrem em certa medida da natureza mesma do PED, que substituiu ***o voto em encontro após debate presencial***, pelo ***voto em urna não vinculado à participação pessoal do eleitor nos debates***.

Esta mudança da natureza da democracia interna, de uma ***democracia militante*** para uma ***democracia de filiados***, já vinha ocorrendo antes de 2001, produzindo batalhas regimentais acerca dos horários de credenciamento e votação nos encontros. Mas a partir de 2001, com a introdução do PED, houve uma mudança qualitativa: em nome do voto direto, perdeu espaço a democracia participativa e ganhou espaço a democracia representativa.

Se a mudança (do ***voto em encontro*** para o ***voto direto***) tivesse sido acompanhada da ampliação da comunicação interna, formação política, funcionamento constante e adequado das instâncias de base, critérios mais rígidos no processo de filiação, entre outras medidas, o resultado final poderia ser positivo para a democracia interna.

Acontece que aquela mudança foi acompanhada por uma deterioração da qualidade da vida interna, agravada pela crescente presença do financiamento empresarial privado nas disputas internas do Partido introduzindo uma dinâmica que condenamos nas eleições tradicionais.

No caso de 2009, a deterioração incluiu a redução nos recursos partidários disponíveis para as chapas e candidaturas poderem viajar aos estados, para participar dos debates, maximizando as diferenças materiais pré-existentes entre as chapas.

A alteração no processo de votação foi acompanhada de duas outras mudanças: uma alteração importante na base social do PT, diminuindo o peso relativo dos setores organizados em movimentos sociais e crescendo o peso relativo daqueles que se aproximaram do PT a partir de nossa atuação parlamentar e governamental; e uma crescente transferência do poder interno, das direções partidárias e das tendências, em direção aos governos e mandatos.

Como resultado global das variáveis acima apontadas, cresceu o número ***de filiados-eleitores***, que votam sem ter acesso prévio ou regular aos debates, além de muitas vezes não terem nenhuma vida orgânica.

Pouco a pouco, isso vem modificando uma vez mais a natureza da democracia interna partidária: da democracia militante para a democracia de filiados, desta em direção a ***democracia de eleitores***.

Este percurso introduziu no PED muitas distorções que a legislação eleitoral brasileira e/ou o regulamento partidário consideram ilegais, tais como o transporte de filiados, o pagamento coletivo de cotizações, a compra de votos, ausência de fiscalização, apresentação de atas falsas e constrangimento contra o livre direito de escolha por parte dos votantes.

No PED 2009, há registro de contratação de seguranças privados e o apelo à intervenção da polícia, episódios que recordam os piores momentos do sindicalismo pelego e das convenções de partidos burgueses.

As contravenções acima resultaram em milhares de recursos, que as chapas e candidaturas apresentam umas contra as outras, consumindo energias dos dirigentes e das instâncias, numa versão interna da "judicialização da política" que nosso Partido tanto condena.

Registre-se que a tentativa de conter uma das distorções, ampliando o valor da cotização, não impediu o funcionamento irregular dos aparatos.

Mesmo onde não se verificaram ilegalidades, houve uma mudança importante na natureza do voto: bom número de filiados não vota a favor desta ou daquela posição programática ou estratégica; vota, isto sim, para confirmar sua adesão individual à políticas públicas ou seu apoio à lideranças públicas (do PT e mesmo de outros partidos).

Esta atitude, que poderia ser considerada "natural" no caso de eleições tradicionais, se torna duplamente perversa quando se trata de uma votação partidária interna. Primeiro, porque os êxitos de um parlamentar ou de um governo petista não deveriam ser apropriados exclusivamente, privatizados, por nenhum grupo específico. Segundo e principalmente, porque esta dinâmica (que privatiza os sucessos coletivos) leva ao fracionamento partidário, uma vez que a vitória na luta interna passa a depender mais e mais da ocupação exclusivista, em favor de uma liderança ou de um grupo interno, dos espaços conquistados coletivamente pelo Partido.

Esta dinâmica de fracionamento do Partido chega ao seu paroxismo quando forças externas ao PT passam a influir na disputa interna, em favor desta ou daquela posição.

Na medida em que o PT atua na sociedade, é natural e até positivo que exista alguma influência externa. Mas não é natural, nem sadio, que esta influência se torne preponderante e adquira características de intervenção externa, como ocorre no Maranhão ou Minas Gerais, onde o grupo Sarney e o grupo Aécio, respectivamente, intervieram no PED, apoiando determinada chapa ou candidatura presidencial.

Ao menos por enquanto, o PT oferece poucas possibilidades de vida militante para os seus filiados, o que transforma o PED, mesmo com as distorções apontadas, num dos poucos espaços de participação.

Sendo assim, a democracia interna do Partido dos Trabalhadores será completamente adulterada, se não corrigirmos aqueles problemas. Por isto, a Articulação de Esquerda buscará todas as tendências do PT, no senti-

> ***"Observa-se uma alteração importante na base social do PT, diminuindo diminuindo o peso relativo dos setores organizados em movimentos sociais ; e uma crescente transferência do poder interno, das direções partidárias e das tendências, em direção aos governos e mandatos."***

do de propor a aprovação, pelo IV Congresso, de uma **reforma política interna**, que contenha medidas como:

> i) contribuição obrigatória mensal para com o PT, como condição apenas para ser votado;
>
> ii) desvincular o direito de votar e a contribuição financeira;
>
> iii) vincular o direito de votar com a participação regular nas atividades do Partido, inclusive reuniões de instância, atividades formativas e debates do PED;
>
> iv) combinar o processo de eleição direta com a realização de encontros presenciais;
>
> v) introduzir o fundo interno partidário para as chapas e candidaturas que tiverem presença e apoio em 2/3 dos estados da federação (18 estados);
>
> vi) considerar o voto no PED como uma confirmação de filiação, desligando automaticamente quem não participa ou justifica ausência.

Como já dissemos, a luta por esta reforma política interna está relacionada à luta por uma reforma política no país. Tanto no país, quanto no partido, a vitória de nossa estratégia exige superar distorções, eliminar a influência do poder econômico e democratizar a comunicação. No caso do PT, buscamos transformar os ***filiados-eleitores*** em ***militantes petistas***.

O PED 2009, com seus mais de 500 mil votantes, deu maioria absoluta à chapa "O Partido que muda o Brasil". Acreditamos que esta vitória se deve a seis motivos fundamentais:

> a) as distorções apontadas na primeira parte deste texto, que resultaram numa ampliação do número de filiados que votou sem ter participado de nenhum debate e sem ter tido acesso prévio e em igualdade de condições a todas as posições. Embora a chapa "O Partido que muda o Brasil" não tenha sido a única a se beneficiar destas distorções, é evidente que foi a maior beneficiária;
>
> b) a política de alianças realizada pelas três tendências que integram a chapa "O Partido que muda o Brasil" (a saber: "Construindo um Novo Brasil", "Novos Rumos" e "PT de Luta e Massa"). A votação somada alcançada por estes três grupos, no PED 2007, superou os 50%. Portanto, a maioria absoluta que conseguiram no PED 2009 resulta de sua aliança, passando por cima das pesadas acusações mútuas que fizeram uns aos outros nos últimos anos. Registre-se que esta aliança nacional foi beneficiada, contraditoriamente, pelo fato de em alguns estados e municípios aquelas três tendências terem apresentado diferentes chapas. O caso mais grotesco é o de Minas Gerais: lideranças da CNB, que reclamam das fraudes cometidas pelo grupo de Pimentel, são beneficiários de parte dos votos dados por este grupo para a chapa nacional "que muda o Brasil";

> c) a capitalização do sentimento popular favorável ao governo Lula. Num partido em que parte dos filiados se comporta como ***eleitores***, é compreensível que a maioria dos votantes tenda a escolher a chapa que mais se identifica (midiática e politicamente) com o governo e com Lula. Em grande medida por isto, o crescimento do número de votantes, de 300 para 500 mil, reforçando o componente "eleitoral" do universo participante do PED, beneficiou principalmente a chapa "Construindo um Novo Brasil", explicando o tamanho da maioria absoluta (55%);
>
> d) a existência de ampla unidade partidária em torno da candidatura Dilma Roussef, reduzindo a polarização interna e o interesse da mídia em repercutir o processo. Note-se que os estados onde houve maior polarização interna, são aqueles onde as divergências acerca da tática eleitoral ganharam o primeiro plano (RJ e MG, por exemplo);
>
> e) o comportamento de outras chapas e candidaturas, que não contribuíram para o debate político e muitas vezes adotaram os mesmos procedimentos que criticamos na chapa "O partido que muda o Brasil" e que condenamos explicitamente quando da aprovação do Código de Ética pelo Diretório Nacional do Partido;
>
> f) as deficiências políticas e organizativas da chapa "Esquerda Socialista", da qual fizeram parte a Articulação de Esquerda, a Militância Socialista, a Tendência Marxista e outros grupos.

Participamos do PED 2009 com a candidatura de Iriny Lopes à presidência nacional, com a chapa Esquerda Socialista para compor o Diretório Nacional e a delegação ao IV Congresso. Disputamos a presidência e a composição das direções do Partido em 25 estados, seja com chapas próprias ou em composição com outras tendências. O mesmo ocorreu em grande número de municípios.

Em âmbito nacional, tínhamos como objetivo mínimo manter o espaço que ocupamos no Diretório Nacional. Achávamos que isto seria possível, por dois motivos principais: a) a aliança com a chapa Militância Socialista, que disputará o PED 2007 apoiando a candidatura de Gilney Viana; b) a avaliação

segundo a qual o PED 2009 teria um número de votantes semelhante ao de 2007, com um resultado também semelhante.

Assim como nós, todas as tendências do PT subestimaram o número de votantes no PED. Mas, ao contrário de outras tendências e chapas, nós não dispúnhamos das condições materiais necessárias para aumentar nossa votação proporcionalmente a este crescimento.

Como resultado, crescemos na votação presidencial (47.652 em 2007 para 50.759 em 2009) e caímos levemente na votação das chapas (48.678 em 2007 e 48.115 em 2009), mas reduzimos nossa participação percentual.

A Esquerda Socialista não foi capaz de manter seu espaço no Diretório Nacional. Caímos de 14 para 8 vagas no DN e de 3 para 2 vagas na CEN. A rigor, nosso setor do Partido foi quem efetivamente perdeu espaço, sendo necessário dizer com todas as letras que, apesar de nosso crescimento em número de votos, fomos eleitoralmente derrotados no PED nacional (ao passo que tivemos vitórias eleitorais em vários estados e municípios, como na eleição dos presidentes em Cuiabá e Santa Catarina).

Os resultados confirmam o acerto da aliança nacional feita pela Articulação de Esquerda, Militância Socialista e TM. Sem esta aliança, o resultado teria sido inferior ao obtido.

Vale lembrar, entretanto, que algumas tendências que estiveram conosco em 2007, desta vez apoiaram outras chapas (Esquerda Democrática e Popular da Bahia apoiou a chapa da CNB; Durval Ângelo de Minas Gerais apoiou a chapa Partido para Todos; Brasil Socialista apoiou a chapa Contraponto). A Esquerda Democrática, que em 2005 esteve conosco, já em 2007 transitou para a "Mensagem ao Partido".

Vale lembrar, igualmente, que em alguns estados e municípios, não conseguimos reproduzir a aliança nacional.

As causas fundamentais de derrota da chapa Esquerda Socialista foram as seguintes:

a) o declínio continuado da esquerda partidária. Em 2005, a esquerda foi ao segundo turno da disputa pela presidência nacional. Parte da antiga esquerda petista saiu do PT, outra parte deslocou-se para a direita, reduzindo a capacidade de atração e de incidência política do setor que permaneceu. Já em 2007, os candidatos da esquerda petista não chegaram ao segundo turno;

b) as nossas debilidades políticas, que devem ser vistas no contexto de um certo deslocamento à esquerda do conjunto do Partido, após a crise de 2005, após o segundo turno de 2006 e a partir do lançamento do PAC. De maneira similar ao ocorrido com o PT, que a partir de 1995 centrou seus ataques ao neoliberalismo; a esquerda do PT, a partir de 2003, centrou seus ataques ao setor neoliberal do Partido e do governo. A medida que este perde espaço, a medida que o setor desenvolvimentista ganha espaço no governo, tornou-se necessário reposicionar nossa crítica (agora enfatizando nossa defesa do desenvolvimentismo democrático-popular, das reformas estruturais, da estratégia socialista). Nossas resoluções apontaram esta necessidade, mas nas condições do PED 2009 não conseguimos materializar isto num discurso, numa polarização e numa votação proporcional a que tivemos em 2007, 2005 e 2001;

c) as nossas debilidades organizativas, entre as quais destacamos nossa débil presença no estado de São Paulo e a dificuldade que temos, em vários estados, em ganhar o apoio das novas bases sociais e eleitorais do PT. Por conta destas debilidades, mantivemos uma votação nacional semelhante a de 2007, sem conseguir um crescimento compatível com a evolução do número total de votantes no PED, causando uma redução no número relativo (proporcional) dos que votaram em nossa chapa e candidatura presidencial;

Cabe analisar mais detidamente qual a influência, no resultado global da chapa e da candidatura nacionais, da política de alianças adotada em estados como Piauí (onde apoiamos candidatura à presidência da CNB e compusemos chapa com a CNB); Mato Grosso do Sul (onde compusemos chapa com a CNB e apoiamos candidato de outro setor partidário); na Bahia (onde compusemos chapa com CNB); em Santa Catarina e Rio Grande do Sul (onde compusemos chapa com CNB e recebemos o apoio deles para nossas candidaturas à presidência estadual).

A questão fundamental, nesta análise, não é tanto a influência eleitoral desta política de alianças, tema sobre o qual há diferentes interpretações e cuja resposta exige uma análise mais fina dos resultados estaduais e municipais. A questão fundamental, em nossa opinião, é o debate sobre as implicações estratégicas das políticas de aliança implementadas, nos estados, pela Articulação de Esquerda.

> ***"Agradecemos aos filiados que votaram na chapa Esquerda Socialista e em Iriny Lopes, que acertadamente escolhemos como nossa candidata à presidência nacional do PT."***

A Articulação de Esquerda vive, desde 2005, uma situação estrategicamente muito complicada. As principais tendências com as quais buscávamos, até 2005, construir uma política para nos tornar maioria, no curto ou médio prazo, se dividiram: parte saiu do PT e fracassou na tentativa de construir uma alternativa ao Partido; outra parte optou por crescer através de alianças com dissidentes do antigo "campo majoritário", mas fracassou na tentativa de criar um novo "centro dirigente" para o Partido; uma terceira parte articulou conosco a chapa "Esquerda Socialista".

Nós optamos, junto com nossos aliados no PED 2009, por seguir construindo uma esquerda socialista no Partido e para o Partido, dialogando com as tendências mas também com os filiados independentes, e com setores socialistas existentes em outros grupos do partido, sempre buscando evitar uma disjuntiva que seria desastrosa para nós e para o PT: ou a redução de nossa influência, a tal ponto que deixemos de ser uma tendência nacionalmente relevante; ou a manutenção de espaços de direção, à custa de um pragmatismo que nos descaracterize ideológica e programaticamente.

Neste sentido, a política de alianças com a CNB não é uma alternativa estratégica para nós. Mas devemos estar atentos às divergências internas existentes em cada um dos grupos que compuseram a chapa "que muda o Brasil". Assim como devemos acompanhar os sinais de esgotamento do projeto animado por outros setores do Partido.

É preciso analisar cuidadosamente a composição da nova maioria absoluta que

> ***"A Articulação de Esquerda convoca para o engajamento total na disputa de 2010. O resultado terá impacto nos rumos da luta de classes do Brasil e do continente, com repercussões mundiais. Incidirá também, fortemente, sobre os rumos do PT."***

emergiu deste PED, distinta da maioria que dirigiu o PT de 1995 até 2005. Aquela maioria dispunha de uma estratégia e de uma direção forte; a atual maioria dispõe de uma tática e de uma direção organicamente débil.

Poderosa em termos de projeção pública e controle de aparatos, a atual maioria também é marcada por imensos conflitos internos em torno de projetos pessoais, que em vários casos se autonomizam em relação aos interesses do Partido e buscam apoio junto a nossos inimigos, como estamos vendo no caso de Pimentel, em Minas Gerais. Registre-se, aliás, a dificuldade cada vez maior que a direção do Partido, especialmente seu setor majoritário, tem para enfrentar este tipo de comportamento antipartidário de algumas lideranças públicas.

O PED 2009 aprovou as diretrizes gerais da tática (a nosso ver, parcialmente incorreta, especialmente a centralidade conferida ao PMDB) com a qual o Partido vai enfrentar as eleições de 2010; mas não armou adequadamente o Partido para o que vai acontecer no Brasil a partir de 2011; não fortaleceu organicamente o Partido, nem ajudou a trazer de volta para as instâncias partidárias o comando político real, que segue em mãos de mandatários e "figuras públicas".

A esquerda do PT está comprometida, exatamente, com o fortalecimento orgânico, os objetivos estratégicos, programáticos e socialistas do Partido. Neste sentido, segue havendo espaço para uma esquerda socialista no PT, seja para manter os vínculos com importantes setores do movimento social, seja para incidir no debate estratégico e tático (buscando o protagonismo do Partido e defendendo o programa de reformas democrático-populares).

Apesar de nossa derrota eleitoral (pois não conseguimos manter a mesma presença no Diretório Nacional) e de nossa derrota política (pois não conseguimos polarizar o debate nacional em torno de nossas posições), o resultado que obtivemos no PED nos permite seguir atuando.

Neste sentido, agradecemos aos filiados que votaram na chapa Esquerda Socialista e em Iriny Lopes, que acertadamente escolhemos como nossa candidata à presidência nacional do PT. Agradecemos, também, aos militantes que fizeram nossa campanha em todo o país. Nossos 10% de votos nacionais foram obtidos por esta militância, ***apesar*** da conjuntura interna e ***apesar*** da desproporção de recursos institucionais e materiais.

A direção nacional da Articulação de Esquerda convoca todos e todas para o engajamento total na disputa de 2010. O resultado das eleições do próximo ano terá impacto nos rumos da luta de classes do Brasil e do continente, com repercussões mundiais. Incidirá também, fortemente, sobre os rumos do PT.

Como dissemos no PED, nosso objetivo central é vencer as eleições, o que para nós significa eleger Dilma Presidente, ampliar a presença do PT nos governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas; criando assim parte importante das pré-condições institucionais que, somadas a mobilização dos partidos e movimentos que integram o campo democrático-popular, crie as condições para fazermos um terceiro mandato superior, que abra caminho para as reformas estruturais democrático-populares, acumulando forças em direção ao socialismo. Este é o caminho que tornará possível, também, as mudanças que desejamos no próprio PT. ★

Torturando os números

O texto a seguir analisa o desempenho da chapa "Esquerda Socialista" nos estados, com base nas votações absolutas e percentuais. Tal avaliação ajuda, mas não substitui uma análise política dos resultados, inclusive porque a chapa "Esquerda Socialista" é resultado da aliança de chapas que disputaram separadamente o PED 2007.

*Emílio Font**

A chapa "Esquerda Socialista" teve um crescimento no número de eleitores (valores absolutos), com relação aos votos da chapa "A Esperança é Vermelha" de 2007, em 15 estados; manteve a votação em um estado; e teve uma votação menor do que a verificada em 2007 em 11 estados: RO, RN, AC, RR, TO, DF, BA, PE, AM, RS e GO e nas urnas do exterior. Ou seja: a diminuição da votação percentual da chapa Esquerda Socialista (em relação à votação somada das chapas "Esperança Vermelha" e "Militância Socialista" de 2007) não ocorre somente em função do crescimento de outras chapas, mas também pela diminuição da votação da própria chapa.

O crescimento percentual (valores relativos) ocorreu em apenas 9 estados: RJ, PR, MA, MT, PB, AP, CE, SC, MG e nas urnas no exterior.

A evolução com relação a 2007

Comparando-se a votação da chapa "Esquerda Socialista" de 2009 com os votos somados das chapas "Militância Socialista" e "A Esperança é Vermelha" de 2007, verificamos uma redução no número de eleitores (votação absoluta) de 48.678 para 48.115, ou -1,99%. A participação percentual diminuiu de 16,66% em 2007 para 10,51% em 2009, uma redução de -36,91%.

A evolução da votação por estado pode ser verificada na tabela 1 (ao lado).

TABELA 1

Comparativo evolução da votação das chapas nacionais do PT do campo de esquerda 2007 - 2009

	2007 – A Esperança é Vermelha + Militância Socialista		2009 – Esquerda Socialista		Variação nº de Votos	Variação do Percentual
Estado	Votos	% sobre válidos	Votos	% sobre válidos	2007-2009	2007-2009
AC	283	26,42%	115	9,72%	-59,36%	-63,21%
AL	436	15,62%	464	14,19%	6,42%	-9,17%
AM	213	4,14%	179	2,81%	-15,96%	-32,06%
AP	225	8,82%	444	8,26%	97,33%	-6,34%
BA	6.623	39,51%	5.554	22,26%	-16,14%	-43,66%
CE	1.551	11,11%	3.491	10,90%	125,08%	-1,89%
DF	184	2,99%	96	1,62%	-47,83%	-45,87%
ES	1.225	30,78%	1.384	17,54%	12,98%	-43,02%
GO	1.272	19,52%	828	7,50%	-34,91%	-61,59%
MA	921	13,05%	1.543	14,10%	67,54%	7,99%
MG	4.829	19,86%	2.147	4,92%	-55,54%	-75,23%
MS	1.839	20,21%	2.116	14,32%	15,06%	-29,11%
MT	1.864	33,50%	1.777	21,81%	-4,67%	-34,90%
PA	468	4,55%	731	3,40%	56,20%	-25,29%
PB	656	7,71%	1.490	11,81%	127,13%	53,27%
PE	3.689	26,27%	2.991	11,04%	-18,92%	-57,96%
PI	2.007	30,85%	2.041	19,65%	1,69%	-36,31%
PR	744	6,02%	1.017	5,90%	36,69%	-1,94%
RJ	3.504	16,74%	6.400	18,44%	82,65%	10,21%
RN	542	20,26%	130	3,65%	-76,01%	-82,00%
RO	81	4,41%	7	0,34%	-91,36%	-92,36%
RR	10	2,83%	3	0,54%	-70,00%	-80,92%
RS	4.652	17,57%	4.234	11,62%	-8,99%	-33,85%
SC	4.497	48,34%	3.188	32,95%	-29,11%	-31,83%
SE	1.093	20,21%	1.082	16,31%	-1,01%	-19,33%
SP	4.618	7,05%	3.899	4,37%	-15,57%	-37,99%
TO	605	21,36%	330	8,97%	-45,45%	-57,99%
ZZ	24	30,38%	5	55,56%	-79,17%	82,87%
Total	48.655	16,66%	47.686	10,51%	-1,99%	-36,91%

Como se pode verificar, as maiores perdas no número absoluto de votos se encontram nos estados de MG, AC, RR, RN, RO e nas urnas do exterior; e os maiores crescimentos no número absoluto de votos ocorreu nos seguintes estados: PB, CE, AP, RJ, MA e PA.

O crescimento do percentual relativo ocorre somente em três estados: PB com 53,27%; RJ com 10,21%; MA com 7,99%; assim como nas urnas do exterior, cujo número total de votos é percentualmente irrelevante.

Em todos os outros estados houve uma diminuição no percentual da participação da Esquerda, sendo que as maiores perdas (acima de 50%) encontram-se nos estados do: PE, TO, GO, AC, MG, RR, RN e RO. Uma análise a ser feita é a comparação da evolução do total de votantes do PED entre 2007 e 2009 vis a vis a evolução dos votos das chapas "Militância Socialista" e "A Esperança é Vermelha" para a "Esquerda Socialista" no mesmo período.

Conforme está na tabela 2 (página ao lado), enquanto o número de eleitores cresce em todos os estados, exceto no DF e nas urnas do exterior (ZZ), a votação da esquerda diminui em 16 estados e nas urnas do exterior e cresce em apenas 11 estados.

TABELA 2

Comparativo 2007-2009		
Estado	Evolução votantes	Evolução votos Esquerda (AEv + MS x ES)
AC	19,00%	-59,36%
AL	21,93%	6,42%
AM	33,01%	-15,96%
AP	119,16%	98,22%
BA	59,36%	-15,10%
CE	125,51%	125,08%
DF	-0,22%	-47,83%
ES	102,00%	12,98%
GO	72,60%	-34,91%
MA	60,85%	67,54%
MG	81,29%	-54,50%
MS	60,95%	15,06%
MT	46,09%	-4,67%
PA	112,46%	56,20%
PB	47,06%	127,13%
PE	113,18%	-11,82%
PI	64,61%	1,69%
PR	40,71%	39,11%
RJ	70,07%	82,65%
RN	50,58%	-74,54%
RO	29,76%	-90,12%
RR	80,00%	-70,00%
RS	42,07%	-8,99%
SC	4,69%	-29,11%
SE	24,58%	-1,01%
SP	38,34%	-15,29%
TO	34,87%	-45,45%
ZZ	-89,16%	-79,17%

Apenas em três estados: Maranhão, Paraíba e Rio de Janeiro, a variação dos votos na chapa Esquerda Socialista foi superior a variação no número de votantes.

O que demonstra mais uma vez que a redução da participação da esquerda não se deveu apenas a fatores externos, sendo necessário encontrar as razões próprias do ocorrido.

Essas variações podem ser visualizadas também nos gráficos 1, 2 e 3 (páginas 10 e 11)

Análise da votação das chapas integradas pela AE nas regiões e estado

Região Sudeste

Em Minas Gerais, que neste PED representou 9,71% da totalidade dos votos válidos nacionais para as chapas com 47.484 eleitores, a chapa "Esquerda Socialista" obteve 2.197 votos (contra 1.093 votos em 2007), o que equivale a 4,94% dos votos válidos do estado e contribuiu com 4,24% dos votos da chapa em nível nacional.

Cabe destacar que MG é o segundo maior estado, não só em população do país, mas em número de eleitores no PED 2009. Para a "Esquerda Socialista", trata-se de um desempenho muito aquém de qualquer objetivo ao qual nos propomos.

Dos 614 municípios e zonais onde houve eleição, a chapa "Esquerda Socialista" não teve nenhum voto em 397 municípios (ou 64,66% do total); teve apenas 1 voto em outros 68 municípios; e mais de 2 votos em apenas 149 municípios. O que revela um problema de implantação da Esquerda.

O quadro em São Paulo, o maior estado do país e que representou 19,73% dos eleitores do PED em todo o país a situação, é similar ao de Minas Gerais.

A chapa "Esquerda Socialista" obteve apenas 4,33% dos votos válidos, ou 3.912 votos (contra 2.942 votos de "A Esperança é Vermelha" em 2007), em um universo de 103.518 votantes. O percentual de votos dados à chapa nacional integrada pela AE diminuiu de 4,49% em 2007, para 4,33% em 2009, apesar de nossa chapa incluir, em 2009, a "Militância Socialista" que em 2007 tinha chapa própria. Ou seja: somados, diminuímos de tamanho!

Dos 518 locais onde houve PED (municípios e zonais), tivemos votos em apenas 197 locais, sendo que em 55 destes tivemos somente 1 voto; e em apenas em 142 locais tivemos mais de 2 votos; não tivemos nenhum voto em 61,97% dos municípios paulistas onde houve PED.

Nas regiões do estado, destaca-se a votação percentual nas macros de Presidente Prudente com 28,57%; Campinas com 13,05%; ABCD com 11,96% e Bauru com 11,49%, nas outras 15 macros regiões do estado a votação da chapa não ultrapassou os 4,5%. Na capital paulista, maior colégio eleitoral do PED no país, onde existem 112.075 filiados aptos, votaram 31.653. Destes, a "Esquerda Socialista" obteve apenas 325 votos, ou seja 1,03% dos votos válidos. Das 36 Zonais, a chapa obteve mais de 10 votos em apenas 10 zonais; em três zonais a chapa não obteve nenhum voto; na zonal onde obteve o melhor desempenho, M Boi Mirin, o percentual foi de 6,90% com 42 votos.

Nos outros dois estados da região Sudeste, tivemos uma votação acima da média nacional: 18,44% no Rio de Janeiro (o maior crescimento no país em número de votos e percentual da "Esquerda Socialista" com relação a votação da "A Esperança é Vermelha" de 2007, crescimente devido no fundamental a aliança com a "Militância Socialista"); e 17,54% no Espírito Santo, com crescimento no percentual dos votos na ordem de 912,66% e 33,85% respectivamente, com relação a 2007. Porém, com relação a participação no total de filiados do próprio ES, houve uma variação negativa de nossa participação:– 32,50%.

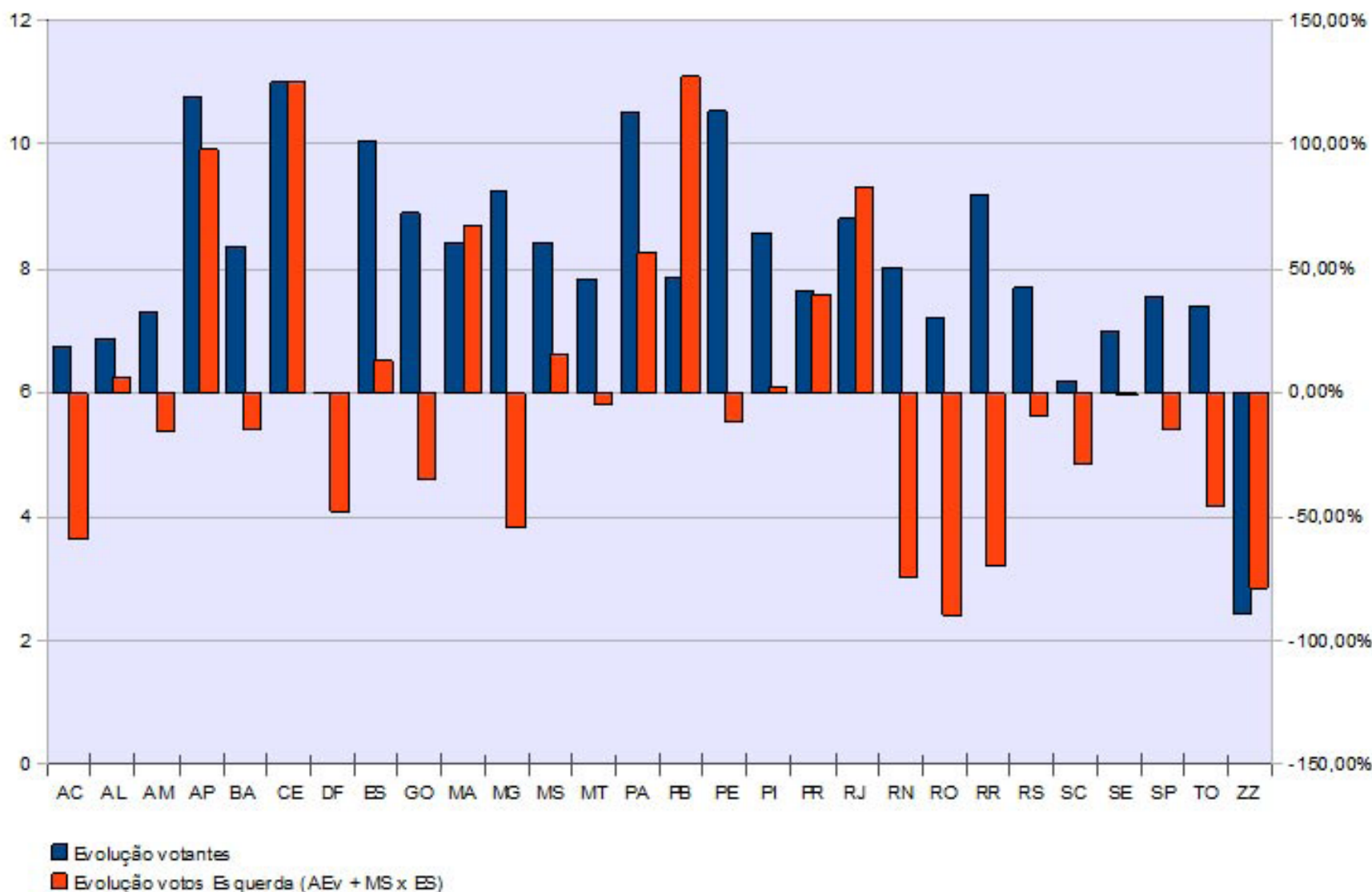
Região Sul

Na região Sul o destaque fica por conta da evolução da votação no Paraná onde, apesar do percentual ser de apenas 5,88% (contra 1,07% em 2007), obtivemos um crescimento de 684,09% no número de eleitores em nossa chapa.

O Paraná é o segundo estado do país em termos de evolução positiva da votação, seja no número de votos, seja no percentual. Como no Rio de Janeiro, este resultado deve-se no fundamental à aliança com a "Militância Socialista".

Em Santa Catarina houve um leve crescimento no percentual: 32,68% contra 29,88% de 2007, com aumento de 14,72% no número de eleitores. Por outro lado, no Rio Grande do Sul tivemos uma queda de -8,99% no número de votos (4.555 em 2007, contra 4.234 em 2009) e uma redução no percentual: 11,62% contra os 17,20% obtidos em 2007.

Região Nordeste

Na região Nordeste os destaques de crescimento são o Maranhão, cujos votos na chapa integrada pela Articulação de Esquerda saltaram de 451 em 2007 para 1.543, um

crescimento de 242,13% no número de eleitores e 120,52% no percentual. O Maranhão é o terceiro estado em maior crescimento percentual da nossa chapa no país, resultado que se deve em parte à política de aliança com a "Militância Socialista" e, também, ao expressivo resultado obtido em Imperatriz. Em seguida temos a Paraíba, com uma evolução de 133,54% no número de eleitores (638 em 2007, contra 1.490 em 2009) e 57,60% no percentual; seguido pelo Ceará, com 1.257 eleitores em 2007 contra 3.491 em 2009, uma evolução de 177,72%. Destaque-se, porém, que essa evolução significativa no número de eleitores no Ceará não garantiu uma evolução significativa no percentual: 10,90% em 2009 contra 9,0% em 2007, entre outros motivos em função da elevação do número de votantes do estado no período: 125,51%, a maior do país.
Ainda na região nordeste Alagoas e Piauí apresentam resultados ambíguos. Em Alagoas o crescimento foi de 9,18% no número de eleitores, mas verifica-se um redução de -6,82% no percentual, situação que nos mantém no mesmo patamar de 2007. Enquanto que no Piauí também cresceu o eleitorado da chapa, em 32,79%, mas reduziu-se a participação percentual em -16,83%. Em Sergipe a votação se manteve inalterada, porém o percentual caiu de 20,01% em 2007 para 16,31% em 2009.

Nos outros estados do nordeste, reduziu-se a votação e o percentual com relação a 2007. Na Bahia a chapa perdeu -14,24% dos eleitores, (com queda de 6.557 em 2007 para 5.623 em 2009), e queda de -44,09% no percentual. Apesar desta queda, na Bahia a chapa obteve 21,87% do total dos votos válidos, portanto acima da média nacional.

Em Pernambuco e no Rio Grande do Norte encontramos os piores desempenhos relativos a 2007. Em Pernambuco a votação caiu de 3.666 votos em 2007 para 3.253 em 2009, e uma queda da participação percentual de 26,10% em 2007 para 11,00% em 2009. Já no Rio Grande do Norte, o percentual da chapa Esquerda Socialista caiu de 18,99% (508 votos) para 3,36% (138 votos) uma queda de -72,83% no número de votos, o que representa uma queda de -82,32% no percentual.

Região Norte

O estado do Amapá foi o que registrou o maior crescimento, com evolução de 175,31% no número de votos (444 em 2009 contra 162 em 2007) o que garantiu a chapa 8,25% de participação contra 6,35% de 2007. Essa diferença entre uma significativa evolução dos votos e um pequeno acréscimo percentual explica-se, do ponto de vista estatístico (a avaliação política precisa ser feita pela militância local) pela elevada variação no número de eleitores do PED no estado entre 2007 e 2009, da ordem de 119,16%, a segunda maior elevação do país. Em todos os outros estados houve queda. No Acre, a redução foi de -58,33% no número de votos, e -62,28% no percentual. Em Tocantins, houve de uma queda de -35,29% no número de eleitores em relação à 2007 (510 em 2007 e 330 em 2009) o que equivale a um percentual de 8,97% contra 18,01% alcançado em 2007.

No Pará apesar de uma evolução significativa no número de votos na ordem de 75,30%, equivalente a 731 votos, o percentual não

ultrapassou os 3,40%, o que representou uma queda percentual na participação da chapa de -16,58%.

No estado do Amazonas caiu o número de votos em -10,50% (200 votos em 2007 contra 179 votos em 2009). Com esses resultados a redução no percentual foi de -27,64% o que deu a chapa a participação de 2,81% em 2009, contra 3,89% em 2007.

Por fim, em Roraima e Rondônia a participação da “Esquerda Socialista” se mostrou apenas residual: em Roraima tivemos 3 votos (contra 7 votos obtidos em 2007), o que equivale a 0,50% de participação, contra 1,98% de 2007.

Por fim Rondônia detém os piores índices da “Esquerda Socialista”, sob todos os aspectos: com apenas 0,35% equivalente a 8 votos, uma queda de -84,62% em relação aos 52 votos obtidos em 2007.

Região Centro Oeste

Na região Centro Oeste o estado que apresenta o melhor desempenho para a chapa “Esquerda Socialista” é o Mato Grosso, com um crescimento de 160,56% no número de votos, 1.777 em 2009 contra 682 em 2007 (evolução de 160,56%) o que garantiu uma participação de 21,81% da chapa sobre o total de votos válidos, com um crescimento no percentual de 77,93%.
Já no Mato Grosso do Sul os votos da Esquerda Socialista cresceram 21,33%, 1.744 votos em 2007, contra 2.116 em 2009, porém insuficiente para manter o percentual que era de 19,16% e que agora reduziu-se para 14,32% em 2009.

Em Goiás houve queda no número de eleitores e do percentual: foram 828 votos contra os 883 votos obtidos em 2007, uma redução de -6,23%, o que colaborou para uma redução do percentual de 13,55% em 2007 para apenas 7,50% em 2009.

A mesma situação verifica-se no Distrito Federal, porém com índices de queda mais acentuados, foram 96 votos em 2009, o que corresponde a somente 1,62%, contra 121 votos em 2007, que correspondiam então a 1,96%, uma variação negativa de -32,50%.

Conclusão

Não há um padrão de crescimento ou redução em nenhuma das regiões, o que se verifica é uma queda no número de votos e

> **“Em todos os outros estados houve uma diminuição no percentual da participação da Esquerda, sendo que as maiores perdas (acima de 50%) encontram-se nos estados do: PE, TO, GO, AC, MG, RR, RN e RO.”**

no percentual e/ou a manutenção de índices relativamente baixos nos maiores estados.

A participação dos maiores estados em número de votantes são, pela ordem de tamanho: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco e Bahia. Como estes 7 estados correspondem a 63,90% dos votantes, variações negativas localizadas em qualquer deles representam quedas significativas do percentual da chapa em nível nacional. Em todos eles, exceto Rio de Janeiro e Ceará (onde cresce a votação e o percentual), houve uma queda na votação e no percentual (Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia) ou a manutenção de uma votação e percentuais em números muito baixos (caso de São Paulo e Minas Gerais).

Um outro bloco pode ser identificado nos chamados estados médios, composto pelos estados do Pará, Paraná, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Maranhão, Piauí, Goiás, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo. Estes 10 estados somam 27,27% dos votos do PED de 2009 e onde encontramos, na média, os melhores resultados comparados ao PED de 2007.

Aqui podemos identificar três situações: crescimento, manutenção e diminuição do percentual. Entre os estados que mais cresceram estão: Paraná, Maranhão, Mato Grosso, e Paraíba; seguidos com um ligeiro crescimento o estado de Santa Catarina. Nos estados do Mato Grosso do Sul, Piauí e Espírito Santo cresceu a votação e caiu o percentual para níveis ainda acima da média nacional. Neste bloco Goiás aparece com diminuição no número de votos e uma forte queda no percentual.

Por fim, os estados de Sergipe, Amazonas, Distrito Federal, Amapá, Tocantins, Rio Grande do Norte, Alagoas, Rondônia, Acre e Roraima podem ser classificados em estados pequenos considerando o número de eleitores que participaram do PED de 2009 (menos de 50.000). Somados representam 8,83% do total de votantes.

Nestes estados, a “Esquerda Socialista” em Sergipe manteve a votação, mas diminuiu o percentual, que entretanto se mantém acima da média nacional; no Amapá houve um crescimento considerável, porém mantém um percentual abaixo da média nacional. Já no estado de Alagoas, apesar de uma pequena queda na participação percentual cresceu em número de votos, o que garantiu um percentual acima da média nacional. Em Tocantins, Amazonas e Distrito Federal houve queda no número de votos e no percentual e todos se mantém abaixo da média nacional.

Roraima e Rondônia tiveram uma votação residual, abaixo de 0,50%, com destaque para Rondônia, com queda acentuada no número de votos e a maior percentual de todos os estados. ★

***Emílio Font** é dirigente do PT de Vitória

TABELA 3

Evolução Votação chapas integradas pela AE

Estado	2001	2005	2007	2009
AC	8	120	276	115
AL	156	354	425	464
AM	80	5	200	179
AP	275	337	162	446
BA	2.042	1.918	6.557	5.623
CE	165	227	1.257	3.491
DF	1.010	0	121	96
ES	1.937	2.160	1.034	1.384
GO	288	123	883	828
MA	404	570	451	1.543
MG	271	1.250	1.093	2.197
MS	1.664	2.112	1.744	2.116
MT	372	956	682	1.777
PA	1.408	33	417	731
PB	902	797	638	1.490
PE	1.509	2.914	3.666	3.253
PI	1.212	1.389	1.537	2.041
PR	1.126	202	132	1.035
RJ	1.202	1.281	632	6.400
RN	363	20	508	138
RO	73	74	52	8
RR	1	1	7	3
RS	6.023	5.688	4.555	4.234
SC	2.821	3.573	2.779	3.188
SE	221	1.131	1.082	1.082
SP	6.393	4.256	2.942	3.912
TO	321	618	510	330
ZZ		2	24	5
Total	32247	32111	34366	48109

Ações para evitar o mais do mesmo

Em Sergipe, o resultado do PED 2009 não produziu grandes alterações para a esquerda

*Alisson Tadeu e Cristiano Cabral**

Em 2005, as chapas estaduais obtiveram: "Pra Construir um novo Sergipe" (Unidade na Luta) – 43,9%; "A Esperança é vermelha" – 22,82% ; "Adversidade na unidade" (grupo local)- 3,71% ; "Resgatando a militância" (Democracia Socialista) – 12,12%.

Ano de grande crise política no PT, a disputa da presidência estadual do PT foi decidida no segundo turno entre uma candidatura da AE versus a candidatura do campo majoritário.

Em 2007, pacificado o ambiente na Unidade na Luta em nível nacional, altos índices de popularidade do governo Lula, recondução do governo estadual, a chapa estadual da Unidade na Luta alcançou 66,8%, enquanto a chapa da AE obteve 21,7% e o Movimento PT 8,9%.

No PED 2009, o resultado não se alterou muito para a Articulação de Esquerda. A "Construindo um Novo Brasil" alcançou 74,68%; AE e parte do MPT – 20,62% e a outra parte do MPT – 4,7%.

A companheira Iriny Lopes alcançou 14% dos votos, obtendo o número de votos igual ao obtido por Valter Pomar em 2007.

Durante a campanha, o candidato eleito para Presidência Estadual do PT-SE, Sílvio Santos (UL), vice-prefeito de Aracaju, teve como um dos motes o esforço para reatar os laços com os movimentos sociais.

É preciso contextualizar tal "pretensão" do novo Presidente. Em 2006, seis candidaturas disputaram o governo sergipano. Contudo, a polarização política deu-se entre a candidatura petista (Marcelo Deda-PT/PSB/PL/PTB/PCdoB/PMDB) versus a candidatura pefelista/tucana (João Alves-PFL/PSDB/PSC/PP).

Deputado Iran Barbosa disputou a presidência do PT de Sergipe pela AE

Finalizada a apuração, o petista e ex-prefeito de Aracaju, Marcelo Déda é eleito em 1º turno com 524.826 (52,46%) votos válidos. Tratou-se da interrupção de uma sucessão de governos conservadores, com destaque no último período para a dupla partidária do neoliberalismo: DEM e PSDB, através de João Alves e Albano Franco. Pela primeira vez na historia política de Sergipe um bloco oposicionista consagrou-se vitorioso para o Governo do Estado.

Após três anos de governo petista, tem-se um primeiro mandato globalmente positivo quando comparado com seus antecessores. Porém, a relação do Governo Deda com o movimento sindical foi tensa, tanto no plano do debate, com o governador acusando o sindicalismo de "anacrônico", como nas ações de governo, com sucessivos pedidos de ilegalidades das greves acontecidas na esteira das expectativas alimentadas pela campanha eleitoral petista que teve como mote implementar um "governo das mudanças".

Já o PT foi marcado pelo atrelamento à lógica do governo, portando-se como correia de transmissão do mesmo, o que causou grande tensão na base partidária, em especial, quando o governador subiu em diversos palanques de aliados em detrimento das candidaturas petistas, não tendo qualquer reação por parte da maioria da direção do partido.

A tensão com o sindicalismo e o apequenamento do PT em relação ao governo fizeram com que o candidato vitorioso do PED, durante a campanha, buscasse, sutilmente, dissociar-se do atual comando do PT.

Com tradição partidária, Sílvio Santos possui até agora bom trânsito e diálogo no partido. Enfrenta, porém, o desafio de administrar os conflitos internos frutos dos subgrupos da UL local, construídos a partir de interesses eleitorais.

Será bom que o anúncio da tentativa de superação da lógica atualmente hegemônica no Partido, seja transformado em ações concretas pela nova direção. Para vencer as eleições 2010, com a perspectiva de avançar com um mandato superior ao primeiro, é urgente que o PT atue para construir um pólo político e social de esquerda na coalizão governista, o que torna imperioso retomar, com ações concretas, as relações políticas com os movimentos sociais, além de debater um desenvolvimentismo com caráter democrático e popular, que permita polarizar programaticamente as próximas eleições. ★

***Alisson Tadeu e Cristiano Cabral** são membros do Diretório Estadual do PT-SE

Razões para a anulação

No Maranhão, foi pedida a anulação do segundo turno do PED

*André Santos**

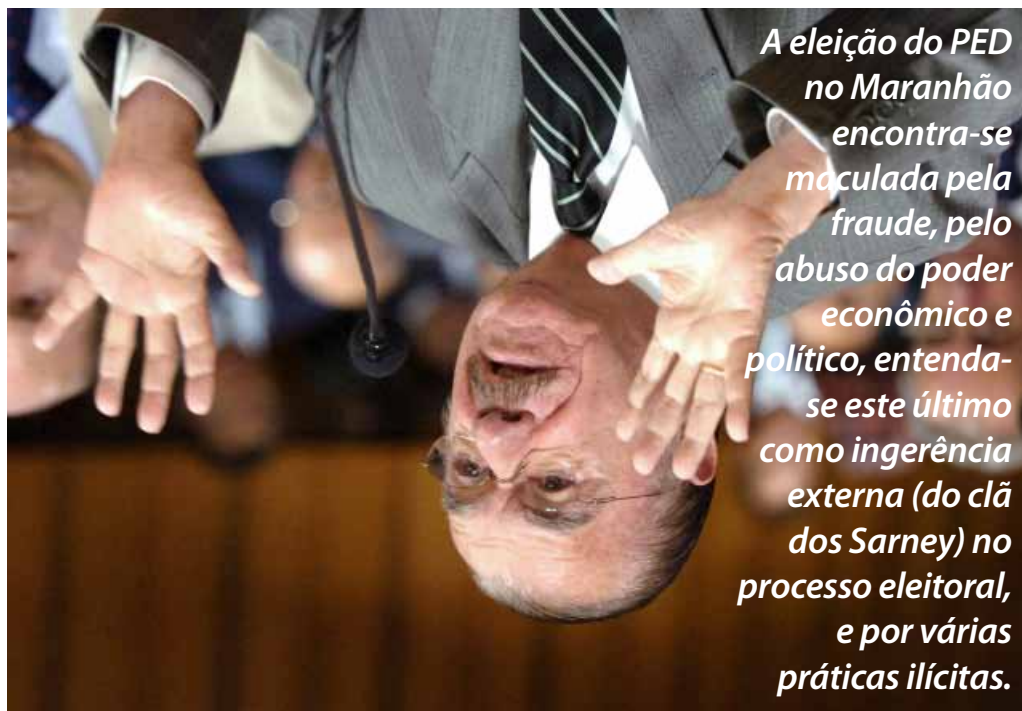
A eleição do PED 2009 no Maranhão consistiu, já comprovadamente, na maior fraude contra a dignidade de nosso Partido. Aquilo que foi criado para nos diferenciar dos partidos fisiológicos, as eleições diretas para escolha de nossas direções, foi igualado por nossos opositores internos à mesma prática que condenamos nas eleições institucionais.

Há um pano de fundo que diferencia o PED do Maranhão. Sabemos que a tática definida pela maioria da direção nacional aponta para a aliança com o PMDB. No Maranhão, o PMDB é controlado pelo clã Sarney, adversário histórico do PT local, por suas políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores ao longo dos últimos quarenta anos. Sarney usa o PMDB para chantagear o governo Lula. Só pra dar um exemplo, quando a Polícia Federal estava no encalço do seu filho, Fernando Sarney, ele não titubeou em deixar abrir a CPI da Petrobrás.

Recentemente, a Roseana Sarney voltou bionicamente ao governo do Estado, com apenas quatro votos de ministros do TSE, jogando no lixo a vontade de mais de um milhão de maranhenses que elegeram Jackson Lago.

Agora para ela, só faltava dominar o PT. E para isso precisava de aliados dentro do nosso partido. Não foi difícil encontrar: pedaço importante da "Construindo um Novo Brasil" quer as bandeiras do PT no palanque de Roseana em 2010.

Veio, então, a ingerência explícita do governo do estado e seus aliados em nosso processo eleitoral interno. Somou-se a isso, a falsificação de assinaturas de eleitores nas listas de votação; a mudança de locais de votação sem repasse de tal informação à Comissão de Organização Estadual e aos filiados, o abuso de poder econômico. Tudo isso, dentre outros fatos, configura plenamente uma prática que objetivou vencer a eleição a qualquer custo, sem qualquer princípio ético ou moral, ferindo os preceitos mais fundamentais da democracia, ferindo a soberania de nossos filiados sobre o processo eleitoral.

O próprio membro do Diretório Nacional, Wilmar Lacerda, que acompanhou a totalização dos votos, demonstrou-se abismado com as fraudes comprovadas, como a do caso de Bacabeira, em que uma filiada encontrava-se em outro município, fazendo prova do ENEM, e ocorreu fraude com a falsificação de sua assinatura, caso que foi registrado na Delegacia de Polícia e que está sendo levado à investigação criminal.

A eleição do PED no Maranhão encontra-se maculada pela fraude, pelo abuso do poder econômico e político, entenda-se este último como ingerência externa (do clã dos Sarney) no processo eleitoral, e por várias práticas ilícitas.

A partir desse caso de Bacabeira, no qual a fraude se deu através de falsificação de assinatura, outros filiados estão denunciando a existência de falsificações de listas de votação, o que, sem dúvida, abre espaço para a comprovação de um padrão de conduta fraudulenta no PED do Maranhão.

Também o mesmo observador nacional, presenciou a ingerência política de outros partidos no processo eleitoral, isto no momento em que Dr. Joel, Prefeito do município de Cajari (da base de Roseana), falou com Wilmar Lacerda por telefone, dando conta da mudança do local de votação naquele Município.

Em Belágua, o Prefeito, que é do PT, procurou os filiados alegando que o governo do estado paralisaria as obras de asfaltamento entre o município e Urbano Santos e os convênios, caso a Prefeitura não se empenhasse na eleição de Monteiro (CNB), fato que foi denunciado pelo Vereador do PT Janilson de Belágua, atualmente Presidente do PT e da Câmara Municipal.

Em Palmeirândia, o Prefeito Cel. Eliberto, que não é do PT, estava buscando os eleitores em suas residências para votar em Monteiro. Em Presidente Sarney, o Prefeito também exigiu que os filiados que pertencem ao governo municipal votassem em Monteiro.

No 1º turno, a derrota do nosso opositor por mais de 1.000 (mil) votos, gerando uma reação do CNB-Grupo Sarney, visando ganhar a eleição no 2º turno a qualquer custo.

A tática utilizada foi a de anunciar uma vitória inexistente do nosso opositor, antes do julgamento dos recursos e com a contabilização de votos fraudados, como forma de dar satisfação ao grupo Sarney, em especial à Governadora biônica Roseana Sarney (PMDB/DEM), quando da visita do Presidente Lula a São Luis em 10/12/2209.

Em resumo, a eleição do PED no Maranhão encontra-se maculada pela fraude, pelo abuso do poder econômico e político, entenda-se este último como ingerência externa no processo eleitoral, e por várias práticas ilícitas. Por tudo isso, nosso candidato a presidente, Augusto Lobato, deu entrada no dia 10/12/2009 no pedido de anulação do segundo turno do PED 2009 no Maranhão, com a conseqüente realização de uma nova eleição em tempo hábil de pelo menos 45 dias após a decretação da nulidade.

Ao Recurso estão sendo juntadas provas irrefutáveis. Entendemos ser esta a solução mais consentânea com a prática que sempre norteou a militância daqueles que escolheram o Partido dos Trabalhadores como local privilegiado do agir político. Esperamos confiantes a decisão da Executiva Nacional. ★

***André Santos** é militante da AE-MA